

PEDAGOGIA DE PROJETOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA INFANTOJUVENIL E OS SEUS REBATIMENTOS NA PRÁTICA DOCENTE ESCOLAR

Josias Ivanildo Flores de Carvalho ¹

Daniela Luzia de Lima Souza ²

Suely de Araújo Carvalho ³

Francisco Kennedy Silva dos Santos ⁴

RESUMO

Inovar na Educação Básica tem sido um dos caminhos percorridos por professores para contemplar temas emergentes do contexto social em que os alunos estão inseridos cotidianamente, tais como gênero, orientação sexual, relações étnico-raciais, questões socioambientais e direitos humanos. Este trabalho propõe abordar uma experiência de ensino-aprendizagem por meio da pedagogia de projetos, como metodologia para a inovação da prática docente no espaço escolar, e seus rebatimentos para a formação de crianças e adolescentes comprometidos com a transformação social pelo exercício da cidadania. O *lócus* das ações ocorreu na Escola de Referência de Ensino Fundamental Anos Finais Presidente Arthur da Costa e Silva (EREFPACS), localizada no bairro da Mustardinha, na cidade do Recife-PE. O estudo segue a abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo narrativa, utilizando relatos de alunos, professores e registros fotográficos. O projeto desenvolvido foi elaborado de forma conjunta entre a gestão escolar e um professor de Geografia, relacionando conceitos geográficos às temáticas supracitadas, com o objetivo de possibilitar aos alunos a compreensão de como as ações humanas constroem espacialidades distintas. Tratou-se, assim, de um projeto que integrou temas transversais e interdisciplinares do currículo formal de Pernambuco, temas estes que precisam ser refletidos no espaço escolar, visando à formação de estudantes comprometidos com o respeito à diversidade humana, conscientes da preservação ambiental e promotores de uma cultura de paz. Os resultados demonstraram que os alunos estão atentos a essas temáticas, desejam conhecê-las melhor e propõem ações educativas que permitam dar visibilidade a temas frequentemente marginalizados pelo senso comum ou por ideologias retrógradas que limitam o desenvolvimento humano pautado no respeito, na inclusão e na vida coletiva.

Palavras-chave: Ensino por projetos. Aprendizagem criativa. Protagonismo infantojuvenil. Ação docente. Inovação escolar.

¹ Professor de Geografia da EREF Presidente Arthur da Costa e Silva da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEE/PE josias.ifcarvalho@professor.educacao.pe.gov.br;

² Gestora Escolar da EREF Presidente Arthur da Costa e Silva da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEE/PE, daniela.ldsouza@adm.educacao.pe.gov.br;

³ Assistente de Gestão da EREF Presidente Arthur da Costa e Silva da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEE/PE, suelydearaugo10@gmail.com;

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, francisco.kennedy@ufpe.br.

INTRODUÇÃO

Os professores diariamente investigam novas metodologias para abordar determinados conceitos, temas e conteúdos em sala de aula e no espaço escolar. Essa constância se dá necessariamente com a intencionalidade de aprimorar os mecanismos de ensino e aprendizagem dos alunos em um contexto social, político, econômico e ambiental complexo que estão inseridos cotidianamente.

Entre as inúmeras metodologias tem-se o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e intervenção no território dos sujeitos em processo de escolarização formal. Os projetos enquanto mecanismo mobilizador é inova em contextos escolares muitas vezes desfavoráveis para ações mais críticas, reflexivas e propositivas.

A escola e os professores na atualidade estão cada vez mais com desafios para formar os alunos para uma cidadania plena, que respeite as diversidades, as diferenças humanas e proteja os recursos físicos/naturais do planeta Terra. Os desafios são da ordem do estabelecimento de um modelo socioeconômico capitalista que vem impactando na formação da maioria dos sujeitos para a empatia e a solidariedade.

No intuito de agir neste cenário, que professores, gestores, alunos e familiares elaboraram e estão desenvolvendo o projeto pedagógico “Educação Geográfica, Direitos Humanos e Cultura de Paz para a Efetivação da Justiça Social”, com o objetivo de dar visibilidade aos Direitos Humanos no espaço escolar e com isso efetivar a Cultura de Paz. Favorecendo também a construção da cidadania infantojuvenil no espaço escolar e no território de sua comunidade.

Este trabalho propõe abordar uma experiência de ensino-aprendizagem por meio da pedagogia de projetos, como metodologia para a inovação da prática docente no espaço escolar, e seus rebatimentos para a formação de crianças e adolescentes comprometidos com a transformação social pelo exercício da cidadania. O *lócus* das ações ocorreu na Escola de Referência de Ensino Fundamental II (Anos Finais) Presidente Arthur da Costa e Silva (EREFPACS), localizada no bairro da Mustardinha, na cidade do Recife-PE.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (Cajueiro, 2013), fazendo uso da pesquisa narrativa Bertaux (2010), a qual possibilita socializar as ações realizadas ao longo do projeto com alunos, professores, funcionários e a comunidade do entorno da escola. Para tanto, utilizaremos a exposição e análise de fotografias, a fundamentação teórica e a narrativa



do fazer e do existir enquanto professores que defendem os Direitos Humanos e a Cultura de Paz como caminhos para a transformação da sociedade desenvolvida por meio da metodologia de ensino por projetos.

Os resultados até o presente momento demonstraram que os alunos estão atentos as temáticas como orientação sexual, questões de gênero, racismo estruturado, desigualdade socioespacial, proteção ambiental entre outras, desejando conhecê-las melhor e propor ações educativas e políticas que permitam dar visibilidade a estes temas frequentemente marginalizados pelo senso comum ou por ideologias retrógradas que limitam o desenvolvimento humano pautado no respeito, na inclusão e na vida coletiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os alunos da Educação Básica estão diante de uma sociedade altamente diversa, devido o próprio processo de formação da sociedade brasileira que ocorreu pela relação entre os povos originários, portugueses e africanos. Além disso, o próprio processo de formação territorial do Brasil pelo modelo de exploração capitalista desde a colonização favoreceu o surgimento e a consolidação de uma sociedade que mesmo heterogênea reproduz violências de ordem econômica, política, racial, etnia, orientação sexual, gênero, ambiental e psicológica (Santos, 2013).

Cientes disto, a Educação, a Geografia e os Direitos Humanos podem ser mecanismos para o enfrentamento ao processo desumanização que a sociedade brasileira vivencia cotidianamente. Estas ciências que estão presentes no Currículo do Estado de Pernambuco (2024), quando bem utilizados pelos professores mobilizam conhecimentos, temas e conceitos que ao ser apresentados, estudados, pesquisados, explorados, externalizados e internalizados pelo público infantojuvenil nas salas de aula, no espaço escolar e nos territórios onde os alunos vivem poderá formar sujeitos não reprodutores de preconceitos, de discriminações, violências ou destruidores da natureza.

Tem-se assim, um trabalho didático-pedagógico voltado para desenvolver habilidades nos alunos e nos professores que privilegie a efetivação da Cultura de Paz pela cidadania efetiva ao permitir que a escola trabalhe temáticas relevantes e poderosas na intencionalidade de construir um Estado-nação melhor para todos. Logo, os professores, os gestores e os alunos precisam utilizar metodologias de ensino-aprendizagem que sejam criativas, inovadoras e

propositivas na cultura escolar que ainda persiste ser tradicional, devido a uma lógica política-administrativa-governamental da educação opressora para a classe trabalhadora (Freire, 1987). É objetivando alterar esse contexto tradicional e opressor do ensino e da aprendizagem escolar que os professores e demais sujeitos envolvidos no processo pedagógico escolar necessitam selecionar abordagens metodologias de ensino e aprendizagem mais pertinentes com uma Educação, Geografia e os Direitos Humanos pelo viés crítico e dialógico.

Para Carvalho e Menezes, (2021, p. 52), as metodologias de ensino podem ser entendidas como: “[...] técnicas, métodos, ferramentas, linguagens, recursos, etc., que lhes permitam mediar as ações do ensinar e aprender[...]”, neste caminhar ao estabelecer a pedagogia de projetos como uma metodologia de ensino estar-se-á favorecendo ao processo educacional mais propício a uma aprendizagem mais eficaz e com sentido para os alunos.

Para Hernández (1998) a pedagogia de projetos é possibilitadora de uma aprendizagem mais ativa e experiencial dos alunos ao trazer para o processo de mediação da aprendizagem conteúdos, temas e conceitos relevantes do contexto local, regional, nacional e global, promovendo também a resolução das problemáticas persistentes. O protagonismo infantojuvenil é mobilizado constantemente por meio de reflexões, pesquisas, apresentações, produção de textos, cartazes, seminários e excursões didáticas. Os alunos adentram no seu próprio processo de aprendizagem, não sendo mais apenas ouvintes.

É interessante que a metodologia de ensino por projetos conecta diversas ciências e componentes curriculares, mobilizando os professores e os estudantes para parcerias na construção do conhecimento de forma interdisciplinar (Martins, 2001), fato muito relevante quando estar-se propondo a formação de estudantes cidadãos que respeite os Direitos Humanos e Cultura de Paz. É um mecanismo metodológico poderoso no sentido da formação de sujeitos integrais, que vai além do domínio dos conhecimentos sistematizados, envolve também as dimensões atitudinais, sociais e cognitivas.

O trabalho por meio de projetos é sempre em coletividade, pela perspectiva da cooperação e da colaboração entre professores-alunos-gestão-comunidade escolar. Os professores são mediadores que abrem caminhos para a construção do conhecimento e para a construção de sujeitos críticos-reflexivos-propositivos nos espaços geográficos que produzem e ocupam cotidianamente como em casa, no bairro, na escola e no planeta.

O ensino e aprendizagem como metodologia para o trabalho docente é planejado, flexivo e replanejado, pois privilegia a realidade dos estudantes, da escola e da comunidade.

que está em questão é o processo de criação e envolvimento e não apenas a obtenção de um produto meramente performático.

A Geografia enquanto ciência e componente curricular possui um conjunto de conceitos, conhecimentos e temas como: lugar, paisagem, território, conflitos, poder etc., que facilita ao público infantojuvenil perceber, sentir, visualizar, questionar, refletir, analisar, comparar e propor medidas para tornar o território dos alunos, dos professores e da comunidade envolta da escola espaços geográficos mais humanizados e protegidos socioambientalmente Cavalcanti (2008) e Callai (2013).

Agir conscientemente no espaço geográfico, é trilhar uma trajetória que os Direitos Humanos estão em nosso dia a dia, seja desde o direito à educação, à saúde, à liberdade e à vida. Para tanto, os Direitos Humanos são:

[...] aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana. Com isso, eles aparecem como um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Pretende-se, com isso, afirmar que eles têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades. (Pequeno, s/a, p. 1).

Estes princípios humanos constituem a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e permeia um conjunto de medidas, diretrizes, planos e políticas públicas de Estado e de Governos em prol da efetivação de direitos básicos inegociáveis como por exemplo o direito humano à educação como posto no Art. 205:

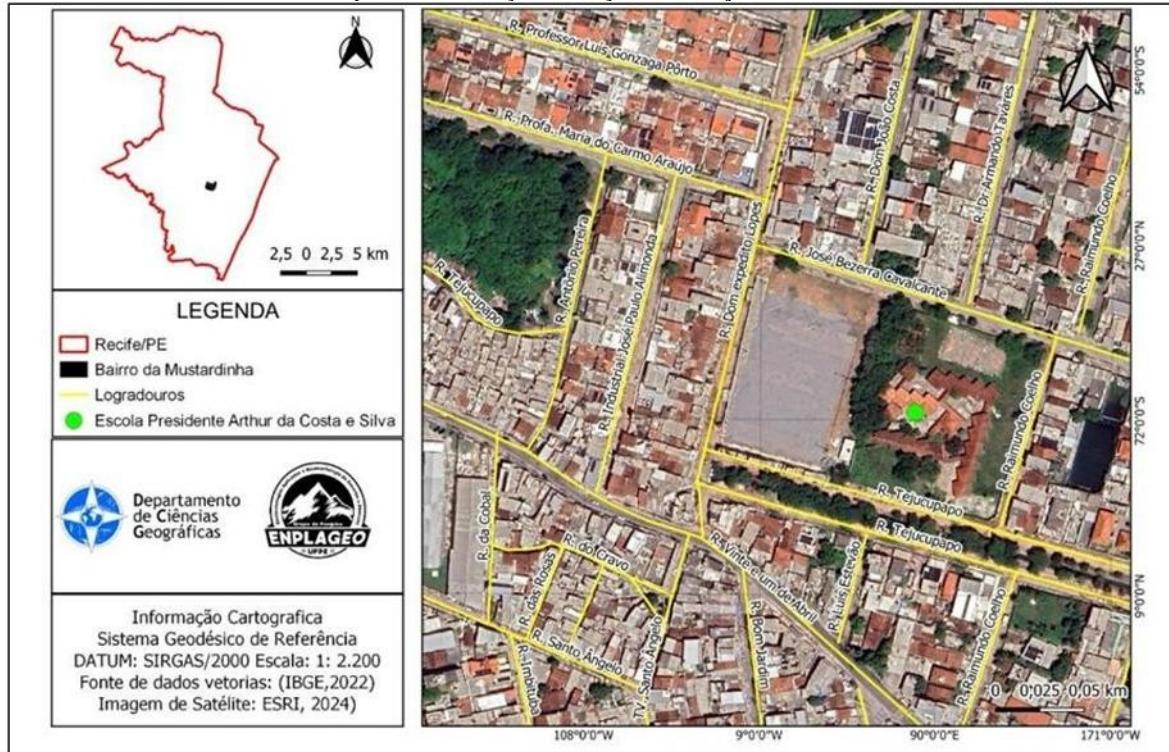
A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este e outros direitos humanos só existe porque o Brasil foi um dos países signatários da Declaração dos direitos humanos de 1948 e conseguiu por meio de lutas sociais organizadas estabelecer legalmente direitos fundamentais. Uma forma de melhor conhecer os Direitos Humanos é por meio de Cartilhas educativas como a elaborada pelo Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI, 2018) que de maneira clara e acessível permite que o público infantojuvenil e adulto compreender melhor os Direitos Humanos no Brasil e em outros países.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização da metodologia de ensino e aprendizagem por projeto pedagógico surgiu da necessidade de trabalhar os Direitos Humanos para a efetivação da Cultura de Paz no espaço escolar e do bairro da Mustardinha na cidade do Recife (ver mapa 1). Devido um contexto socioambiental de violências e precarização dos direitos e dos deveres humanos individuais e coletivos, ao tempo em que os alunos desenvolvem um pensamento espacial pelos conteúdos da Geografia escolar interconectando Educação, Geografia e Direitos Humanos.

Mapa 1: Localização das ações do Projeto Escolar



Fonte: Silva (2025).

O projeto pedagógico “Educação Geográfica, Direitos Humanos e Cultura de Paz para a Efetivação da Justiça Social”, foi discutido, refletido, planejado e elaborado no período de fevereiro a maio do ano letivo de 2025 da rede estadual de educação do estado de Pernambuco. A princípio foi idealizado pelo professor de Geografia e pela Gestora escolar da EREF Presidente Arthur da Costa e Silva. Após sua apresentação ao corpo docente e demais

membros



da equipe gestora conseguimos capitanear mais apoio da vice gestora, da coordenadora pedagógica, dos professores, dos alunos e da comunidade escolar.

O trabalho vem sendo desenvolvido desde então, envolvendo os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II (Anos Finais), que estão na faixa etária entre 11 e 14 anos, com a participação efetiva de aproximadamente 40 estudantes, um professor de Geografia e uma psicóloga escolar, que passou a integrar o projeto a partir do mês de maio do corrente ano, após sua chegada à instituição por concurso público.

As atividades de ensino e aprendizagem ocorrem semanalmente e envolvem discussões sobre Direitos Humanos relacionados à saúde, educação, meio ambiente, segurança, igualdade de gênero, orientação sexual e à própria definição de Direitos Humanos, construída coletivamente com os alunos. Além disso, o professor mantém constante atenção à necessidade de conectar tais temáticas à realidade escolar, ao território da comunidade e às espacialidades produzidas na paisagem pelos estudantes e demais sujeitos envolvidos.

Na Figuras 1, 2, 3 e 4⁵, temos o registro de algumas ações realização ao longo deste ano letivo:

Figura 1 – Direito a Saúde



Fonte: Os autores, 2025.

Figura 2 – Direito a Segurança e a Igualdade de Gênero



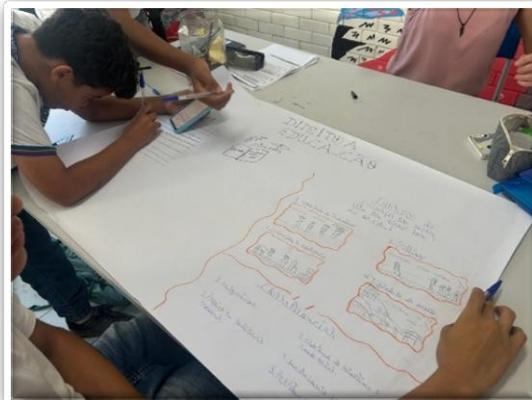
Fonte: Os autores, 2025.

⁵ O uso das imagens dos estudantes está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Art. 20 do Código Civil Brasileiro e o Art. 14 da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), mediante autorização expressa dos responsáveis legais.

Na Figura 1, temos o registro da realização de uma palestra sobre o direito à saúde (ONU/DUDH, 1948), com ênfase na saúde mental. Esse tema ganhou destaque devido ao aumento, na escola e na comunidade, dos casos de crises de ansiedade. Os estudantes puderam compreender o que são transtornos mentais, como cuidar da própria saúde e de que forma podem apoiar pessoas que necessitam de ajuda, formando cidadãos (Callai, 2010).

Na Figura 2, ocorreu um diálogo com estudantes e mães sobre o direito à segurança e à igualdade de gênero (ONU/DUDH, 1948) em referência ao *agosto Lilás*. Durante a atividade, surgiram discussões a respeito da estrutura patriarcal, do crescimento da violência contra a mulher, da desigualdade salarial e dos mecanismos de denúncia e busca de apoio, evidenciando que a violência contra mulheres ainda é uma realidade frequente na comunidade escolar, cumprindo assim também a função de pensar e intervir no espaço geográfico onde essas relações acontecem (Cavalcanti, 2008).

Figura 3 – Direito a Educação



Fonte: Os autores, 2025.

Figura 4 – Estudos sobre os Direitos Humanos



Fonte: Os autores, 2025.

Com relação à Figura 3, realizamos um estudo da *Cartilha de Direitos Humanos* do Ministério Público do Piauí (MP-PI) e, a partir dele, produzimos cartazes para espacializar alguns direitos humanos, como educação, moradia e igualdade racial que estão presentes na CF (1988). Nesse momento, os estudantes destacaram dois pontos centrais: a persistência do preconceito e da discriminação contra pessoas negras e a dificuldade de muitas famílias em garantir moradia própria e adequada.

A Figura 4 apresenta uma reunião de estudos semanal em que, por meio de um vídeo do MPF, refletimos sobre os Direitos Humanos no Brasil e no mundo, discutindo conquistas,





desafios e possibilidades de efetivação a partir do papel do Estado-nação, dos governantes, da sociedade, das instituições públicas e da cooperação internacional pelo estudo escolar da percepção do lugar, do cotidiano, da cidade que a Geografia possibilita, já que os direitos produzem espacialidades (Callai, 2010; Cavalcanti, 2008).

Foram utilizadas diversas estratégias metodológicas, como exibição de vídeos, músicas, leitura de cartilhas, palestras, produção de cartazes e diálogos reflexivos, com o intuito de tornar o espaço escolar, o bairro e a sociedade mais comprometidos, sensíveis e conscientes do valor dos Direitos Humanos, visando à concretização da Cultura de Paz e consolidação de uma aprendizagem geográfica mais significativa como propõem Carvalho e Menezes (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino e aprendizagem por projetos pedagógicos na Educação Básica vem se mostrando uma metodologia poderosa para trabalhar os Direitos Humanos e sua interconexão com os conteúdos geográficos no espaço escolar. Foi possível constar o desenvolvimento dos alunos para o estudo, a leitura e anotações das temáticas trabalhadas.

O protagonismo dos alunos está sendo aos pouco lapidado para a construção de um compromisso com o seu próprio processo de estudo que lhe possibilite intervir nas questões de ordem socioambiental de maneira mais reflexiva, crítica e propositiva. A cidadania infantojuvenil requer esforços coletivos para que se materialize no território escolar e em outros. Ao aproximar a Educação, a Geografia e os Direitos Humanos, com vistas à consolidação da Cultura de Paz, buscamos favorecer o desenvolvimento de sujeitos mais empáticos e solidários com os princípios dos Direitos Humanos. Nossa fazer, ser e existir enquanto professores da Educação Básica Pública tem alcançado resultados significativos, como a formação de crianças e adolescentes mais atentos às situações cotidianas de garantia

ou

de negação de direitos.

Constatamos, ainda, que os estudantes estão construindo uma noção mais clara sobre a importância dos Direitos Humanos para a construção de um Brasil mais equitativo e o projeto escolar continuará na escola por tempo indeterminado, visando a formação de cidadãos com propósitos humanos e de paz.

É oportuno registrar que o trabalho com os Direitos Humanos para a efetivação da Cultura de Paz e consonância com os conhecimentos geográficos vem sendo um desafio

diário



pelos professores da Educação Básica no Brasil pelo fato do aumento expressivo de violência contra docentes no exercício da sua função ao ensinar questões políticas, de gênero, sexualidade religião, científico, étnico-raciais, artísticas e socioculturais, conforme o estudo recente do Observatório Nacional da Violência contra educadoras/es (ONVE, 2025).

Faz-se urgente estabelecer mecanismos legais, jurídicos e punitivos eficientes que reafirmem a liberdade cátedra e a proteção aos professores e professores que lutam e realizam ações em prol de um país mais justo socioambientalmente. Sem professores respeitados, protegidos, incentivados e valorizados dificilmente o quadro de negação aos Direitos Humanos, a construção de um espaço geográfico mais digno e a Cultura de Paz serão concretizados.

A pedagogia de projetos, no processo de formação para a cidadania infantojuvenil, requer a defesa da liberdade, da democracia e da segurança daqueles que realizam a mediação do conhecimento formal. Uma parcela expressiva de professores(as) tem sido formada — inicialmente, continuamente e permanentemente — para trabalhar temas e conceitos sensíveis em uma sociedade na qual diversos tipos de violência e de negação de direitos são estruturais. Contudo, esses profissionais só continuarão na luta e seguirão esperançando se sua dignidade humana e seu direito à vida forem garantidos pelo Estado Democrático de Direito.

Pela nossa experiência, os rebatimentos alcançados na prática docente por meio do projeto em andamento comprovam que muitos sujeitos persistem em fazer da educação pública um instrumento de resistência diante de perspectivas retrógradas e concepções autoritárias que violentam direitos individuais e coletivos, fundantes de qualquer nação comprometida com o respeito, a vida e a dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à equipe gestora da EREF Presidente Arthur da Costa pelo apoio e incentivo na realização desta atividade, que possibilitou aos alunos e a mim a concretização de uma metodologia de ensino-aprendizagem crítica, reflexiva, dialógica e propositiva de mudanças e transformações no espaço geográfico escolar e no bairro da Mustardinha e pela autorização para participar presencialmente deste evento. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pelo auxílio financeiro que viabilizou o pagamento da hospedagem em Brasília, local de realização

deste evento no qual este artigo será apresentado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2025.

BERTAUX, D. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. 2 ed., São Paulo: Paulus, 2010.

CAJUEIRO, R. L. P. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. 1º ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2013.

CARVALHO, J. I. F; MENEZES, L. S. (2021). Algumas reflexões sobre metodologias de ensino de Geografia para a Educação Básica. **Revista Ensino De Geografia (Recife)**, 4(3), 51–62. <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2021.248675>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/248675>. Acesso em: 20 out. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MARTINS, J. S. O trabalho com projetos de pesquisa no ensino fundamental e ensino médio. Campinas, Papirus, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Cartilha sobre Direitos Humanos e Cidadania. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (Caodec) 49ª Promotoria de Justiça de Teresina Piauí (2018). Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2020/08/Cartilha-da-Cidadania-Projeto-IssoeDireitoHumano-2.pdf>. 17 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES [ONVE]. Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil. Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, Vol.1). Disponível em: <https://onveuff.com/wp-content/uploads/2025/11/Um-estudo-quantitativo-da-perseguicao-a-educadores-no-Brasil-2025.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declar%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 20 fev. 2025.

PEQUENO, M. O fundamento dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.cchl.uol.br/redhbrasil/wp-content/uploads/2014/04/O-FUNDAMENTO-DOS-DIREITOS-HUMANOS.pdf>. Acesso em 18 nov. 2025.



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Curriculo de Pernambuco: Ensino Fundamental – Anos Finais.** Recife: Secretaria de Educação e Esportes, 2024. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/CURRICULO-DE-PERNAMBUCO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em 15 nov. 2025.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 5^a. Ed. EDUSP. São Paulo, 2013.

